

*Apenda para -
reunioes
26/11/2010
20/01/2010*



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

*Aprovado com as Votos
a Favor do PSD, CDS/PP,
BE e PCP, Abstenção do
PS registando-se a
ausência do PEV
na Reunião da CACDLG
de 26-01-2010*

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Assuntos
Constitucionais, Liberdades e Garantias
Palácio de S. Bento

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CACDLG
N.º Único 340676
Entrada/Saida n.º 63 Data: 20/01/2010

Lisboa, 20 de Janeiro de 2010

Em Outubro de 2008, na sequência da denúncia e da luta de trabalhadoras da TAP que viram ser rejeitado o direito ao prémio de assiduidade em função do gozo de licença por maternidade, o PCP confrontou o Governo com tal situação, exigindo a sua fiscalização e a reposição da legalidade e levantou a questão ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, quer ao Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, quer à Presidência de Conselho de Ministros e à CIG, presidida na Legislatura anterior pela actual Secretária de Estado para a Igualdade, sendo que esta última entidade nunca respondeu às questões colocadas.

Tendo em conta, pois, que a legislação em vigor não permite tal discriminação, a CITE deu um Parecer aprovado por unanimidade considerando tal situação discriminatória, a Provedoria de Justiça se pronunciou em idêntico sentido e, de acordo com informações da comunicação social, a própria ACT terá iniciado um processo de contra-ordenação, o facto é que a empresa continua a não pagar os prémios de assiduidade.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PCP requer a realização de uma reunião com a Senhora Secretária de Estado para a Igualdade, tendo como tema principal a situação da discriminação em função do sexo pela empresa TAP, sem prejuízo do esclarecimento de outras questões relacionadas com o tema das discriminações das mulheres.

António Filipe
António Filipe

Rita Rato
Rita Rato

Bruno Dias
Bruno Dias

N/Ref. nº 32600-0284INPA/10

*Distribuído a
21-01-2010
(Gde)*